

O CONCEITO DE GEOFILOSOFIA EM DELEUZE E GUATTARI

William Moreira Santos*

Resumo: A compreensão da filosofia sob a ótica da geofilosofia sugere proporcionar uma assimilação tangível às transformações sociais e o dinamismo do pensamento, em um contexto possibilitado pela admissão do fluxo, fusão, anexação e transformação dos conceitos, fazendo, como via desta possibilidade, a terra e suas implicações topológicas e geográficas.

Palavras-chave: Geofilosofia. Desterritorialização. Reterritorialização. Território.

Introdução

A geofilosofia compreende uma questão que a princípio torna possível retomar os anseios primeiros do nascimento da filosofia onde, ainda nos remotes pré-socráticos, que vão do século VII ao V a.C, se faz necessário entender o pensamento filosófico humano e seus impactos concebidos a partir da ideia da *arché*, ou seja, o princípio físico primordial de tudo o que foi criado. Tal princípio explicativo estava condicionado por elementos fundamentais como a água, o ar, a terra e o fogo e eram pensados, nessa primeira instância da filosofia, como substâncias unificadoras de tudo o que existe e, portanto, possibilitadores da existência do ser humano.

O Ápeiron, na descrição de Anaximandro de Mileto, nesse contexto, introduz uma *arché* de origem indefinida, que tenta explicar de forma racional (mas usando linguagem da mitologia grega antiga), a existência de um princípio divino capaz de controlar as leis da natureza. Tal princípio forneceu a filosofia um nível mais alto de abstração e motivou diversas discussões sobre a tentativa de descrever os fundamentos, as condições, as leis, a estrutura básica e as causas ou princípios primeiros, bem como o sentido e a finalidade da realidade como um todo, isto é, dos

* Discente do Curso de Filosofia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: uilia@msn.com.

seres em geral. A partir do *Ápeiron*, Anaximandro estabeleceu a conexão da condicionalidade do homem pensar e, através dessa condicionalidade, a necessidade de buscar explicações para seu surgimento e condição de ser terrestre.

Em linha de continuidade com a filosofia da natureza, descrita pelos filósofos pré-socráticos, o estudo da geofilosofia desenvolve o pensamento em sintonia com a terra, admitindo instâncias íntimas das pretensões do ser humano em sempre se dispor entre o ato de pensar e o espaço. Pensar e habitar a terra, enquanto forma de existir do homem, evidencia uma proximidade entre o pensamento e a necessidade que homem tem de estar em um solo. Saciar as necessidades imediatas tais como comer, respirar, está em íntima conexão com a produção e manutenção do homem sobre a terra. O pensar, por outro lado, conduz o homem aos processos de transformações.

Provém necessariamente do imprescindível conhecimento que o espaço sugere, que o homem pretenda enxergar uma maneira de revelar a realidade que está condicionada em qualquer espessa aparência que se apresente, por vezes fundamentada em paradigmas de consensualidade irrefletidas. Para que possamos transformar o espaço à nossa vontade e fruição e, de alguma forma, desmistificá-lo é necessário o que questionamentos do relacionamento do homem e seu desígnio de racionalidade possuam uma conexão para com um axioma de teor material. De algum modo, as inferências de caráter filosófico que possibilitam elaborações de um leque de paradigmas, através da validação ou revalidação destes, estão circunscritas à necessidade do homem em dado momento histórico espacio-temporal.

A terra, considerada como um elemento “guardião” de muitos dos elementos essenciais, por abrigar em seu interior diversas formas de vida, é exposta de uma maneira muito oportuna quando colocada em conjunção com a filosofia. A filosofia da natureza, desde os primórdios, esteve ligada a esse elemento, como testemunha a filosofia pré-socrática. A geofilosofia, à medida que procura estabelecer um vínculo entre o pensamento e a terra pode ser entendida como uma busca da compreensão das destituições ou restituições que ocorrem no contexto desses elementos que a terra abriga. Cada um desses elementos - o ar, a água e o fogo, podem ser retidos e

expostos, um a um, isoladamente ou através de combinações entre si, garantindo assim a versatilidade para a relação entre a terra e o pensamento.

Apreensões sobre geofilosofia

É a partir da interação entre o pensamento e a terra, que Gilles Deleuze e Félix Guattari, na obra *O que é a filosofia?*, expõem uma forma peculiar de abordar as alegações da geofilosofia e suas influências. Os autores, procurando angariar formas possíveis de conduzir uma desmistificação do que haveria de se debruçar o plano de iminência da filosofia e em quais ocasiões ela atuaria, levam em conta que a filosofia cria e quebra conceitos, institui e desinstitui concepções de pensamento, meios, caminhos, de acordo com a demanda de uma situação sobre do que é necessário produzir filosofia.

Permitindo uma melhor explanação introdutória da geofilosofia e tomando como base questões que podem ser examinadas em uma ordem cronológica, faz-se importante firmar que após o período pré-socrático, com Platão (428-348 a.C.), ao construir os alicerces da filosofia, sobretudo quando expõe a sua metafísica e ao fazer conhecer a essência e existência do ser, considera que existe uma possibilidade de que este princípio seja mutável e propenso a ser descaracterizado do que é. Dessa forma, aqueles que tinham a condição de alcançar a possibilidade de conceber a terra como elemento capaz da ideia de que houvesse sempre um porvir que contemplasse a possibilidade da elevação que sua nova concepção trazia, eram considerados amigos da terra. Os inimigos, em geral poderosos aristocratas incapazes de imaginar mudanças que não viessem a vislumbrar um ideal de domínio - seja econômico ou intelectual - não admitiam que houvesse a circulação dessa postura e eram a favor de um imobilismo territorial e de uma submissão ao que era permitido ou não.

Especulações sobre uma *arché* sugeriam também na filosofia medieval, que tem um teor sumariamente cristão e por isso articulador de uma conciliação entre o conhecimento secular e a doutrina sagrada cristã, a possibilidade de uma fundamentação de conceitos de outras possibilidades.

O conceito é o contorno, a configuração, a constelação de um acontecimento por vir. Os conceitos, neste sentido, pertencem de pleno direito à filosofia, porque é ela que os cria, e não cessa de criá-los. O conceito é evidentemente conhecimento, mas conhecimento de si, e o que ele conhece é o puro acontecimento, que não se confunde com o estado de coisas no qual se encarna. Destacar sempre um acontecimento das coisas e dos seres é a tarefa da filosofia quando cria conceitos, entidades. Erigir o novo evento das coisas e dos seres, dar-lhes sempre um novo acontecimento: o espaço, o tempo, a matéria, o pensamento, o possível como acontecimentos [...] (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 46).

Sustenta o Antigo Testamento, concebido em meados de XV a.C. ao I d.C., que do “pó viemos e ao pó retornaremos” (Cf. Ec 3, 19-20), que Deus nos fez, através do barro (água e terra), uma espécie de “arché medieval” e ao morrermos voltaremos a terra, (o que era visualmente descrito nos escritos bíblicos) pois as larvas e microrganismos que se alimentam de um corpo ao se putrefazer, o fazem converter em um material orgânico condutível à terra. Atendo-se a essa contextualização, fica evidente a importância do elemento terra no pensamento, não somente no pensamento ocidental determinadamente cristã, mas na condição humana como ser dependente dela, tanto para nascer, se mover, estar, permanecer ou findar, como as cidades antigas.

Os povos egeus, as cidades da Grécia antiga, e sobretudo Atenas autóctone, não são as primeiras cidades comerciantes. Mas são as primeiras a ser ao mesmo tempo bastante próximas e bastante distantes dos impérios arcaicos orientais para poderem aproveitar-se deles sem seguir seu modelo: em lugar de se estabelecer em seus poros, elas banham num novo componente, fazem valer um modo particular de desterritorialização, que procede por imanência, formam um meio de imanência (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 115).

Torna-se dessa forma, este objetivo de estudo geográfico-filosófico, de um intento bastante comprometido com certa praticidade da filosofia, um exercício não só do falar-pensar, mas também do agir-fazer, já que terra é um símbolo de solidez, poder e exige uma transformação para poder se estabelecer como elemento valorado

e de valoração, para que possa atingir um nível o suficientemente convincente e passar a se diferenciar como terra.

Vertentes e fenômenos avaliados pela geofilosofia

Partindo do preceito de que são permitidas permutas de chances em se captar uma fertilidade no campo iminente do relacionamento do homem com o seu meio é possível sustentar que os proventos dessa realidade sejam um maior aprofundamento da percepção não só do pensamento, mas de um fenômeno social latente. Tal fenômeno culmina em variadas instâncias da compreensão e manifestação de costumes de uma globalização cada vez mais intensa e se faz necessário o questionamento que a filosofia pode conduzir em avaliar estas mudanças.

Segundo os autores, essas variantes só são possíveis devido à interpretação de uma dimensão subordinada à inconsciência da realidade territorial, que remete ao significado do neologismo proposto por Félix Guattari: a *desterritorialização*.

[...] construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização. [...] precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída o território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte (DELEUZE, em entrevista em vídeo).

Termo um tanto subordinado a essa inconsciência, sobretudo por seu caráter “despretensioso” em se revelar no encadeamento de um contexto de uma comunidade onde a realidade é, por vezes, constituída de convenções e condutas que surgem em ocasiões onde estas passam a ser apenas sinais dos tempos. No entanto, na medida em que esta realidade passa a ser conceitual e conceituante, acaba sendo territorializante e provocadora de desterritorializações e reterritorializações.

[...] a geografia não se contenta em fornecer uma matéria e lugares variáveis para a forma histórica. Ela não é somente humana e física,

mas mental, como a paisagem. Ela arranca a história do culto da necessidade, para fazer valer a irredutibilidade da contingência. Ela a arranca do culto das origens, para afirmar a potência de um ‘meio’ o que a filosofia encontra entre os gregos, dizia Nietzsche, não é uma origem, mas um meio, um ambiente, uma atmosfera ambiente: o filósofo deixa de ser cometa [...] Ela a arranca das estruturas, para traçar as linhas de fuga que passam pelo mundo grego, através do Mediterrâneo. Enfim, ela arranca a história de si mesma para descobrir os devires, que não são a história mesmo quando nela recaem [...] (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 125).

Assim, são possibilitadas vertentes desta “territorialização”, que inicialmente são apresentadas criando uma reflexão sobre a natureza, inclusive considerando a territorialidade criada pelos animais, denominada de naturalista ou biologicista, onde daí já é possível notar a importância das atividades de formação, abandono e reorganização de um território. Dessa forma é admissível, até certo ponto, fazer uma aproximação de uma melhor condição de entendimento da geofilosofia à luz de formas mais inteligíveis de se ater às transformações atribuídas às condições que a filosofia cria, admitindo sempre um fluxo, fusão, anexação e transformação do pensamento, bem como estas análogas, ocorridas na terra e com os animais. Tratam-se de mudanças provocadas por planificações involuntárias e naturais, que conduz a destruição de um território (mentalidade), para edificar uma outra postura (reterritorialização). O que significa que a terra não para de seguir um curso e que, assim como o homem, possui um posicionamento desterritorializante e de desterritorialização nela mesma e por ela mesma.

Partindo da reflexão de que, a rigor, território é aquele espaço de imobilidade e organização, o efeito de desterritorializar é uma ação de desordem, de fragmentação, para descobrir e suscitar novos saberes menos convencionados, assumindo uma percepção extraordinária que está disposta a atrair novas ideias além das esperadas.

A ideia da filosofia de Deleuze e Guattari, ao partir de um elemento de tamanha primariedade, conduz também ao que os autores denominam de “teoria das multiplicidades”. Essa teoria assume que existe uma forma de tratar o pensamento sem hierarquizá-lo e torná-lo previsível, sem baseá-lo em outros pensamentos

(hierarquia da árvore-raiz), dessa forma, suscetibilizando um pensamento desinstitucionalizado, passando a calcar a forma do pensamento por um *rizoma*.

Os autores consideram que este modelo da “árvore-raiz” seguiria uma forma de pensamento arborescente, repetitiva. Seriam apenas vertentes de um pensamento, de um caule. Já o modelo de um rizoma partiria da condição de uma raiz. A raiz condicionaria as ideias e daí, a árvore, que enfim, arboresceria a sua própria sorte. O que pode ser, de alguma forma, uma crítica negativa de visão ao mundo sensível em sua perspectiva mais superficial, colaborando para o surgimento de novas formas de enxergar devires, evitadas as convenções sociais.

[...] qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo. E muito diferente da árvore ou da raiz que fixam um ponto, uma ordem. A árvore lingüística à maneira de Chomsky começa ainda num ponto S e procede por dicotomia. Num rizoma, ao contrário, cada traço não remete necessariamente a um traço lingüístico: cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 15).

Ainda possibilitando pensar de uma forma condicionalmente territorial, Deleuze e Guattari alertam sobre a existência de partes da raiz que podem se tornar árvores e partes das árvores que podem se tornar raiz, fato que comunicariam as partes em virtude de uma *sociedade primitiva* que não poderia se libertar nem mesmo da raiz, em virtude de uma forte ligação genealógica que impediria essa vazão.

As indispensáveis atividades de mundialização atuais provocam, em um contexto histórico e filosófico, a desterritorialização marcante das sociedades contemporâneas, sociedades muito mais comprometidas com o resultado momentâneo do que com o plano iminente, a essência, da circulação e rapidez mais do que das fixações, sendo estes processos resultantes de transformações ideológicas irrefutáveis da economia à informática, da comunicação à cultura. A desterritorialização, enfim, é inicialmente concebida *in loco*, ou seja, é inferida nela mesma.

A cultura, por ser o elemento social mais próximo de uma comunidade, pode ser considerada dos processos onde mais é possível demonstrar por onde uma desterritorialização pode ser engendrada. É possibilitado, com a cultura, conduzir convenções e comportamentos. Dessa forma, ao idealizar formatos de um comportamento que pode ser propagado, principalmente quando esse é demonstrado de forma convincente por ser aparentemente vantajoso e progressivo, no vigor de sua essência, torna-se territorialmente ameaçador. Por ditar uma desterritorialização iminentemente contagiante, tornando-se, de fato, uma cultura de desterritorialização relativa e absoluta.

O caráter relativo remete-se à sociedade. Toda desterritorialização relativa conduz ao pensamento de que existe uma reterritorialização vindoura e que um território – necessariamente – foi abandonado para que isso pudesse acontecer. Já a desterritorialização absoluta é a condição do pensamento quando nele acontece a mesma concomitância ocorrida com a condição relativa.

A desterritorialização de um tal plano não exclui uma reterritorialização, mas a afirma como a criação de uma nova terra por vir. Resta que a desterritorialização absoluta só pode ser pensada segundo certas relações, por determinar, com as desterritorializações relativas, não somente cósmicas, mas geográficas, históricas e psicossociais. Há sempre uma maneira pela qual a desterritorialização absoluta, sobre o plano de imanência, toma o lugar de uma desterritorialização relativa num campo dado (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 116).

A cultura ocidental, fundada pelos países nórdicos, é um exemplo de até que ponto pode ser conduzida uma desterritorialização. Ela convence por catalisar um enorme desatamento de outras, que se veem, por vezes, menos impelidas por não conduzir certa demanda de praticidade e “encantamento” que esta promove. Não por acaso a cultura ocidental conduz um enorme choque quando atravessa comunidades indígenas, orientais e afastadas desta gama de possibilidades de mudanças tecnológicas e ideológicas que por ela é provocada.

A multiterritorialidade

Os autores propõem uma forma de pensamento atrelado à geografia onde não existiriam demarcações, fronteiras, enraizamentos e sim uma força do movimento, da mobilidade, do transitório, das conexões rizomáticas, misturadas e em rede.

Diante as condições muito favoráveis para que essa demanda de mudanças que a sociedade sempre almeja, a partir de conceitos, é que o autor Rogério Haesbaert sugere o termo “multiterritorialidade”:

[...] a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma ‘multiterritorialidade’ (HAESBAERT, 1994, p. 344).

Uma forma como uma condição de desterritorialização e reterritorialização constante pode suceder pode ser exemplificada com a variação de um gênero musical, que pode passar por inúmeras mudanças considerando a incorporação de vários pensamentos e culturas transeuntes que, por via de regra, acabam por conduzir reformatações, criando segmentos de caráter muitas vezes regional. Considerando que exista uma demanda para que isso possa ser produzido, agenciando desejos, buscando uma transcendência do gênero que sanará e criará uma identidade auditiva particular desta ou daquela direção musical, perfazendo uma expectativa daquele território.

Este agenciamento ocorre de duas formas, a primeira considera que existe uma condição de conteúdo das coisas e pessoas e que este é solicitado, em seu território, quando sua presença se faz necessária (agenciamento maquínico) e cada um de dentro dessa pirâmide de demandas se comunica com as expressões com as quais as formas

que esse conteúdo se manifestará (agenciamentos coletivos de enunciação), partindo daí, a possibilidade da territorialização de qualquer coisa.

Todo agenciamento é, em primeiro lugar, territorial. A primeira regra concreta dos agenciamentos é descobrir a territorialidade que envolvem, pois sempre há alguma: dentro de sua lata de lixo ou sobre o banco, os personagens de Beckett criam para si um território. Descobrir os agenciamentos territoriais de alguém, homem ou animal: ‘minha casa’. [...] O território cria o agenciamento. O território excede ao mesmo tempo o organismo e o meio, e a relação entre ambos; por isso, o agenciamento ultrapassa também o simples ‘comportamento’ [...] (HAESBAERT 1997, p. 218).

É evidente a grande contribuição que a geofilosofia aplica à filosofia. Dessa forma, proporcionando a existência de uma ampla consciência e orientação de que sua aplicabilidade é obtida pela a condição de mudanças de comportamento e de situações. A partir da proposta de Deleuze e Guattari, é importante pensar a territorialização e a desterritorialização como seguimentos que são realizados ao mesmo tempo, essenciais para o conhecimento das práticas humanas. Eis, portanto, a necessidade de melhor compreender essa discussão de como ocorre o surgimento e a perda ou afastamento dos territórios humanos, bem como onde são derivadas suas demandas e complicações: “[...] mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo” (HAESBAERT, 1994, p. 214).

Esta nova interpretação do mundo atual, no que tange o fluxograma de encontros e desencontros, territorializações e desterritorializações, desenlaça uma volta do espaço na reflexão filosófica. Todavia, depois de tanto tempo de preponderância histórica da verticalização da cultura ocidental, na qual estamos inseridos, é impossível evitar que continuemos a lastimar as perdas de sentido histórico e de profundidade que esta nova instrução de sentido espacial do pensamento suscita. É possível pressupor que esta espacialização do pensamento produz um grande choque, mas não se trata de um desastre e sim de uma variação

que admite novas concepções, culminadas em novas fronteiras, necessárias para uma nova partida, um novo reinício, aquém e além de uma nova territorialização, não como se simplesmente pudéssemos nos opor a dimensão imóvel do espaço ao movimento e ao avanço do tempo e da história, mas considerando que aí existe uma demanda de reflexão sobre a realidade que precisa ser sanada a partir de nossa cultura.

Fazendo uma ilustração intrigante sobre essa alteração, é curioso lembrar que existem culturas que são de um vigor e convicção tão excepcionais, que não querem integrar nenhuma outra. É o caso da Espanha, que entre 711 d.C. até meados de 800 d. C, foi invadida pelos muçulmanos vindos da África e estaria desaparecida do mapa, caso não fosse a intolerância de sua região em ser de contingência do cristianismo instituído em seu caráter católico, em face ao islã. Essa é a força do pensamento, neste caso compelido por um ideal de preservação que pôde expulsar não só os invasores, mas também expurgar seus ideais de territorialização. Poderíamos dessa forma também fazer uma analogia desta defesa de território considerando as religiões. Cada religião tende a defender seu território, não permitindo que elementos quaisquer possam invadir suas ideias e doutrinas.

Adolf Hitler, que em 1934 tornou-se ditador da Alemanha, motivou fervorosamente admissões de um ideal que tencionava uma mudança bastante convincente para muitos dos que ali viviam e compartilharam dessas novas concepções. O nazismo surgiu como uma espécie de esperança reterritorialista. É muito providencial que mentiras se territorializem em determinados períodos históricos para sanar pretensões daquele contexto. A suástica nazista pode ser o símbolo de nosso tempo que mais representa como uma reterritorialização pode ser bem sucedida e como ela pode corromper um significativo símbolo religioso de nossos remotos ancestrais, utilizado desde o Período Neolítico (8000 a.C) e que hoje é mais conhecida como um emblema de associação ao fascismo, ao racismo, à “supremacia branca” do nazismo, à II Guerra Mundial e ao Holocausto.

Faz-se possível pensar então, que são dissidências de uma desterritorialização toda a terra que se faz possível de uma mudança e que, ocasionalmente, vem a ser

reterritorializada, promovida a uma fuga de uma cultura que ou apresentará uma grande adesão entre os seus elementos ou uma divisão entre várias culturas. O neologismo “reterritorialização” pode alcançar uma realização reelaborativa de encontros e de interpretações, dando origem, de forma simultânea, a uma reflexão crítica sobre o conflito e as mudanças da racionalidade moderna.

Sendo a desterritorialização e reterritorialização tão importantes para a compreensão das interações humanas, por caber explicar a complexa questão de abstração do comportamento e suas derivadas vias, dessa forma é de se entender que haja uma inferência deste fenômeno desde os primórdios do relacionamento humano. Desde a pré-história, com a interação entre tribos vizinhas que provocavam, naquele contexto, uma espécie de reterritorialização, ou nas guerras onde o vencido é subjulgado culturalmente pelo vencedor e até mesmo em culturas onde um déspota desagrega um território de pensamento para impor o que lhe agrada.

É importante notar que existem diversas possibilidades por onde essa desterritorialização do pensamento possa ser concebida na sociedade moderna, pois toda desterritorialização pode ter nascimento em qualquer meio onde o sujeito encontra uma forma de ter possibilidade em estar apto a um simples contato com uma nova forma de entender o seu espaço. Dessa forma, a manifestação pode ocorrer desde um choque de culturas até o advento da internet. A internet, por exemplo, possibilitou a condição tanto de uma desterritorialização quanto reterritorialização global, com uma velocidade nunca antes vista. Até mesmo a filosofia, inicialmente inatingível a esta inquietação do mundo, teve que elaborar novas condições para atingir novos pensamentos e novas conjunturas para os seus conceitos, pautando novos espaços e direções do pensar.

Haesbaert, que propõe uma “multiterritorialização” em seu livro *O mito da desterritorialização*, defende que desterritorialização seja um termo utilizado não para a simples intensificação da inconstância das atividades humanas ou para fenômenos como a hibridização cultural, mas para a escassez territorial de grupos com identidade vulnerável (ao contrário dos grupos hegemônicos, a exemplo de algumas

fraternidades, ditaduras e democracias), que vivenciam efetivamente uma perda de controle físico, de referências simbólicas, referente e a partir de seus territórios. Já que todo indivíduo não pode viver sem território, por mais frágil e temporário que ele seja, desterritorialização pode assemelhar-se, neste caso, com debilidade territorial. Assim, haveria um sentido genérico de desterritorialização como destruição ou transformação de territórios, enquanto espaços de dominação político-econômica e cunho simbólico-cultural, e um sentido mais estrito, vinculado à debilidade territorial daqueles que perdem substancialmente os seus “controles” e/ou identidades territoriais.

Conclusão

Podemos observar que, com essa avançada perda de sentido da narrativa histórica, o que aqui já pode caracterizar a vulnerabilidade descrita por Haesbaert (só que de um grupo com identidade hegemônica, no caso, o norte ocidental como um todo), o que conjectura não somente o simples ato de contestação da história, mas o reconhecimento de uma diversidade de histórias reais que exige princípios inteligíveis de ordem espacial. No espaço que é hoje pertencente à filosofia, não se pode ignorar a emergência de uma abrangência global e a precisão de integrar, num devir comum, outras culturas, outras formas de particularidades, outros territórios. O pensamento precisará assim ser mais receptivo aos espaços e as fronteiras, reconhecendo a sua dimensão espacializante e não aceitando ser somente interventor entre a sua história e a história dos seus conceitos.

A geofilosofia considera a desconstrução das categorias mais institucionalizadas de identidade e de representação como inconveniente para imaginar nosso contexto de sociedade, pois seriam categorias que não estariam no mesmo ritmo de outras já avançadas e em amplo processo e, por isso mesmo, não estariam contribuindo para o processo de uma intensa e auspiciosa territorialização. Observando nessas categorias mais institucionalizadas, um frívolo sentimento de pertença, um capricho, da confusão do ter e do ser, dos exageros, arroubos e instabilidades, a sua desconstrução

conjectura a perda de um sentido que envolve um materialismo exacerbado e a solidez que lhe está vinculada, numa forma de objetivar e desapropriar convenções.

Quanto à representação dessas, não passa de uma repetição/duplicação do mesmo, uma homogeneidade arraigada, repetição do que é mais idêntico do mundo, face as transformações da diversidade. Resistir à opressão do idealismo ontológico libera uma força temporal e espacial de pensar o múltiplo, o universal e o singular. Assim, como pensamento das diferenças, das eventualidades e dos devires atentos às pequenas transformações do “real”. Uma nova epistemologia ascende desta precipitação da lógica da identidade e da representação, descobrindo todas as forças que agem no processo de subjetivação, como alternativa à nossa racionalidade técnico-instrumental em crise. Como se o vocabulário do espaço se evidenciasse a partir do momento em que escolhemos a alternância de gerações e a multiplicidade do sujeito como primordiais à reflexão filosófica.

Desterritorializado, o pensamento se ocupa fora da consciência, num mundo de ocasiões e reencontros singulares e imprevisíveis. O fora se ocupa no pensamento através da exterioridade dos espaços e dos lugares. Assim, uma lógica transversa, aberta à complexidade das transformações é cada vez mais necessária para ler as novas cartografias amotinantes.

A geografia não se restringe a dar uma matéria e lugares inconstantes à forma história, a geografia não é apenas física ou humana, ela é também mental. Por isso, a geofilosofia não se limita a uma espécie de fenomenologia da geografia, onde a análise dos discursos filosóficos sobre o espaço seria sempre abstrata. A geofilosofia é, sobretudo, a criação de uma descoberta ou uma desterritorialização de objetos de estudo em comum, no ensejo da interdisciplinaridade. Perseverar a proximidade da presença de uma espacialidade, de fatores extrínsecos, se esforçar a pensar nas fronteiras e nos limites é assumir a fragilidade de um fluxo permanente, de um movimento ininterrupto do pensar.

Referências

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 1992.

_____. **Mil Platôs.** Rio de Janeiro: Editora. 34, 1995.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo.** Petrópolis: Vozes, 1986.

HAESBAERT R. **O mito da desterritorialização e as “regiões-sede”.** 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

_____. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste.** Niterói: EDUFF, 1997.

